

# **Câmara Municipal de Votorantim**

**Projeto de Lei nº 05/90**

**Autoria do** Senhor Prefeito Municipal

**Dispõe sobre** acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao artigo 2º e altera a redação do artigo 3º da Lei nº 739 de 28/04/89, que dispõe sobre parcelamento de débitos de pavimentação.

# Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"  
ESTADO DE SÃO PAULO



Of. no. 026/90-CM.

Votorantim-SP., 21 de Fevereiro de 1.990

Senhor Presidente:

01. A acelerada inflação tem sido devéras acentuada, o que nos leva a refletir e sopesar sobre medidas levadas a efeito na sistemática adotada em relação ao parcelamento de débitos de pavimentação.

02. A finalidade primordial da Lei no 739 de 28/04/89 era agraciar, excepcional e transitóriamente, os devedores de reduzido poder aquisitivo e em débito com a pavimentação. O seu artigo 2º dispõe que os valores iniciais serão corrigidos até Janeiro/1989.

03. Mas com a espiral inflacionária e sem que aquele diploma houvesse estabelecido um marco final para utilização do benefício, o bom senso nos alertou para que fosse fixada uma data derradeira para os munícipes em débito se pronunciarem, pois da forma em que se encontra o texto atual (art.2º), temos que a concessão do benefício é infundavel. E a dano dos cofres públicos.

04. Em consequência, havemos por bem em limitar até 30/04/90 os pedidos de parcelamento com aplicação da correção até Janeiro/89. É o que induz o parágrafo 1º da propositura.

05. Após 30/04/90, os pedidos terão seus valores corrigidos em índice equivalente à BTN fiscal, sendo o montante dividido pelo número de parcelas, observado o limite referido no artigo 1º da Lei no 739.

# Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"  
ESTADO DE SÃO PAULO

06. Ainda assim, a propositura em exame é mais benéfica em relação à Lei no 478/83, quando dispõe que o pagamento poderá ser realizado em até 24 meses, mas acrescido da taxa de administração e imposição de reajustes através de correção monetária (parágrafo 1º, artigo 5º da Lei citada).

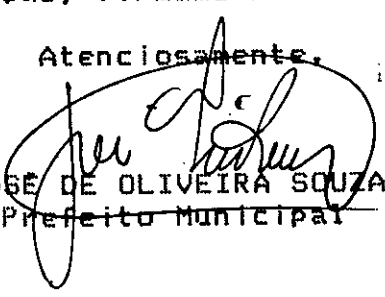
07. Não é demais lembrar que o escopo da Lei no 739/89, visou favorecer especificamente a comunidade carente dos bairros da periferia (Itapeva, Cohab, Vila Pedroso e outros). Mas as despesas com a pavimentação não teve ainda o retorno desejado.

08. Também é elementar que a municipalidade, embora procurasse se ajustar ao interesse social, não vem sendo atendida. Não há como deixar estagnado, ao sabor da vontade dos recalcitrantes, receitas que devem e necessitam ser reajustadas de acordo com a impiedosa inflação.

09. Posto isso e considerando que os relevantes propositos continuarão até 30/04/90, solicitamos o processamento deste Projeto de Lei nos termos do parágrafo 1º do artigo 26 da LOM.

10. Com estima e consideração, firmamo-nos.

Atenciosamente,

  
JOSE DE OLIVEIRA SOUZA  
Prefeito Municipal

Ao  
Ilmo.Sr.  
Vereador RUBENS MESADRI  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
VOTORANTIM.

# Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"  
ESTADO DE SÃO PAULO

## PROJETO DE LEI 05/890

(Acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao artigo 2º e altera a redação do artigo 3º da Lei nº 739 de 28/04/89, que dispõe sobre parcelamento de débitos de pavimentação).

A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA  
E EU, JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA, PREFEITO DO MUNICÍPIO, PROMULGO A  
SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei nº 739 de 28 de Abril de 1.989, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

"Parágrafo 1º - Os interesses dos poderes valer-se da faculdade estabelecida neste artigo até 30 de Abril de 1.990."  
"Parágrafo 2º - Findo o prazo previsto no parágrafo anterior, os valores iniciais serão corrigidos até a data do despacho concessório, convertendo-se o montante em Índice monetário equivalente à BTN fiscal ou outro que legalmente o substitua, sendo então dividido pelo número de parcelas solicitadas pelo requerente".

Art. 2º - O artigo 3º da Lei nº 739 de 28 de Abril de 1.989, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 3º - As normas estabelecidas nos artigos anteriores terão caráter excepcional, sobrepondo-se às regras inseridas na Lei nº 478/83".

Art. 3º - As despesas com a aprovação desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas em orçamento.

# Prefeitura Municipal de Votorantim

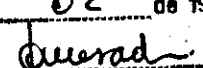
"CAPITAL DO CIMENTO"  
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 4º -- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em  
21 de Fevereiro de 1.990 XXVI ANO DA EMANCIPAÇÃO.

  
JOSE DE OLIVEIRA SOUZA  
Prefeito Municipal

VISTO

22 de 02 de 1990  
  
PRESIDENTE

**RECEBI**

Votorantim, 22 de 02 de 1990

Quirad.

**A Consultoria Jurídica e Comissões**

S. S. 22 de 02 de 1990

Quirad.  
PRESIDENTE

**A COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Recebido em \_\_\_\_\_

Devolvido em \_\_\_\_\_

Presidente \_\_\_\_\_

**A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS**

Recebido em \_\_\_\_\_

Devolvido em \_\_\_\_\_

Presidente \_\_\_\_\_

**EM DISCUSSÃO**

S. S. 05 de 03 de 1990

Quirad.  
PRESIDENTE

**A Consultoria Jurídica e Comissões**

S. S. 06 de 03 de 1990

Quirad.  
PRESIDENTE

**EM DISCUSSÃO**

S. S. 19 de 03 de 1990

Quirad.  
PRESIDENTE

**APROVADO**

S. S. 19 de 03 de 1990

Quirad.  
PRESIDENTE